

## DIREITO ADMINISTRATIVO I

I

(9 valores)

**Em 12.12.2008, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) aprovou, por cinco votos a favor e três contra, uma deliberação que determina que a Alameda da Universidade se passe a chamar “Alameda Prof. Marcello Caetano”.**

- Identificação da norma de competência: o artigo 64º, nº 1, alínea v), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;
- O *quorum* da CML: artigo 57º, nº 2, alínea a), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;
- A falta de *quorum* em órgãos colegiais: artigos 22º e 133º, nº 2, alínea g), do CPA;

**Em 13.12.2008, o Reitor da Universidade de Lisboa, indignado com a deliberação da CML, decide impugná-la junto do Tribunal da Relação de Lisboa, invocando que a CML só tem competência para estabelecer a designação de ruas e praças e não de alamedas e, por outro lado, sempre seria preferível o nome de “Alameda D. Dinis”, fundador da Universidade de Lisboa.**

- Incompetência da jurisdição comum: a matéria insere-se na esfera da jurisdição dos tribunais administrativos (CRP, artigo 212º, nº 3; ETAF, artigo 4º, nº 1, alínea b));
- Uma interpretação extensiva da alínea v) do artigo 64º, nº 1, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, no que se refere às “alamedas” ou, ao invés, a proibição da interpretação extensiva em matéria de normas de competência?
- A competência dos tribunais administrativos circunscrita a questões de legalidade e nunca de mérito (CPTA, artigo 3º, nº 1): a reserva de Administração face ao poder judicial;
- Questão complementar: será que o Reitor da Universidade de Lisboa tem legitimidade activa para impugnar o acto? – o artigo 55º, nº 1, do CPTA;

**Em 20.12.2008, o Governador Civil de Lisboa aprovou uma directiva pela qual as autarquias locais se deviam abster de colocar nomes de individualidades ligadas ao regime anterior a 25 de Abril de 1974.**

- Identificação e inserção do órgão na estrutura da Administração;
- Uma verdadeira directiva ou uma genuína recomendação? – a questão da vinculatividade do fim;

- Poderá o Governador emanar directivas? E estará excluído de emitir uma recomendação dirigida às autarquias locais do respectivo âmbito territorial?
- Discussão em torno do conteúdo da directiva/recomendação

**Em 30.12.2008, contrariando a referida directiva, a CML reaprova, agora com dez votos a favor e três contra, uma deliberação com conteúdo igual à de 12.12.2008.**

- Vinculatividade da directiva e obediência: deveria a CML obedecer-lhe? Não haverá aqui uma autotutela declarativa no interior da Administração assistida de uma presunção de legalidade? Poderá uma autarquia local desrespeitar uma directiva (ainda que ilegal) de um órgão do Estado?
- De novo a questão do *quorum* da CML;

**Em 2.01.2009, perante a insistência da CML, o Conselho de Ministros aprovou um decreto regulamentar que proíbe as autarquias locais de colocarem o nome de políticos do antigo regime em ruas e praças, conferindo-lhe eficácia desde 30.11.2008, e habilitando o Primeiro-Ministro a sancionar disciplinarmente os titulares que não cumpram a lei.**

- O exercício colegial de uma competência de exercício individual: habilitará isso o artigo 200º, nº 1, alínea g), da CRP?
- Poder regulamentar e reserva de lei;
- O conteúdo da norma;
- A retroactividade da norma, especialmente em matéria disciplinar;
- Pode o PM ser habilitado a exercer poder disciplinar sobre os titulares de um órgão autárquico? – a diferença entre hierarquia e tutela ; o artigo 242º, nº 1, da CRP;

**Em 12.01.2009, a Assembleia da República aprova uma lei pela qual confere ao Ministro da Administração Interna o poder de revogar as deliberações da CML de 12.12.2008 e 30.12.2008.**

- A natureza não normativa da lei;
- Podem as autarquias locais ser sujeitas a tutela revogatória do Governo?
- Independentemente da anterior questão, poderá a AR habilitar o MAI a exercer tutela sobre as AL, contrariando a distribuição de competência no interior do Governo feita ao abrigo do artigo 198º, nº 2, da CRP?

***Resolva, fundamentadamente, todas as questões suscitadas pela hipótese.***

II

(6 valores)

Responda a três das seguintes questões:

- 1) **Será admissível a derrogação administrativa de natureza normativa?**  
- P. Otero, *Legalidade...*, pp. 904 ss., em especial, pp. 905 e 906;
- 2) **Será que hoje “julgar a Administração ainda é administrar”?**  
- P. Otero, *Direito Administrativo – Relatório*, pp. 227 e 275 ss.
- 3) **Em que medida o Direito Administrativo goza de uma garantia constitucional de existência?**  
- P. Otero, *Direito Administrativo – Relatório*, p. 230; IDEM, *Legalidade...*, pp. 815 ss.
- 4) **Um precedente administrativo tem natureza vinculativa?**  
- P. Otero, *Direito Administrativo – Relatório*, p. 286; IDEM, *Legalidade...*, pp. 397-398, 405, 782, 785 ss., 853-854;

III

(5 valores)

Comente uma das seguintes afirmações:

- A) **“A função administrativa não é, à luz da Constituição de 1976, uma função necessariamente executiva da lei”.**  
- P. Otero, *Direito Administrativo – Relatório*, p. 237.
- B) **“O princípio da unidade é, por razões jurídicas e políticas, a pedra angular da organização administrativa”.**  
- P. Otero, *Direito Administrativo – Relatório*, pp. 245 ss. e 286.

12 Janeiro de 2009.